

# ALEMANHA

## REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Chefe de Estado:	Horst Köhler
Chefe de Governo:	Angela Merkel
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	82,2 milhões
Esperança média de vida:	79,8 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	5/5 por 1000

**A proibição absoluta da tortura continuou a ser minada pela adesão do governo a uma política de deportação com garantias, que colocava pessoas em risco de graves violações dos direitos humanos. O Parlamento concluiu o seu inquérito às rendições (transferência ilegal de suspeitos entre países) e outros abusos relacionados com actividades de contraterrorismo. Não foram respeitados os direitos económicos, sociais e culturais dos migrantes irregulares.**

### Contra-terrorismo e segurança

Dois processos judiciais envolvendo suspeitos de terrorismo causaram preocupação, devido à utilização de provas alegadamente obtidas sob tortura.

Num caso julgado no Tribunal Regional Superior de Koblenz entre Dezembro de 2008 e Julho de 2009, a acusação foi parcialmente baseada em declarações feitas pelo arguido quando estava sob custódia no Paquistão, onde alegou ter sido espancado e sujeito a privação do sono.

Em Abril, soube-se que investigadores alemães interrogaram em Junho e Setembro de 2008, na presença de elementos do Serviço de Segurança Nacional do Uzbequistão, uma testemunha detida em Tashkent, Uzbequistão, onde a tortura é sistemática. O interrogatório fez parte da investigação relacionada com um caso julgado no Tribunal Regional Superior de Düsseldorf.

As regras que regulamentam a aplicação da Lei de Estrangeiros entraram em vigor em Outubro. Estas regras previam a utilização de "garantias diplomáticas" para justificar a deportação de suspeitos de terrorismo para países onde corriam risco de tortura ou outras formas de tratamento cruel, desumano ou degradante, contrariamente às obrigações internacionais. Estas garantias não eram confiáveis e não constituíam uma salvaguarda efectiva contra a tortura.

As autoridades continuaram a aceitar as "garantias diplomáticas" do governo tunisino como sendo suficientes para eliminar o risco de tortura nos casos de deportação forçada de cidadãos tunisinos suspeitos de actividades relacionadas com o terrorismo.

■ Em Março, o Tribunal Administrativo de Düsseldorf considerou, relativamente ao caso de um cidadão tunisino, que as "garantias diplomáticas" minavam a proibição absoluta da tortura, e proibiu a sua deportação forçada. As autoridades contestaram esta decisão e o caso encontrava-se pendente no final do ano.

O Parlamento debateu em Julho o relatório da sua investigação às rendições e detenções secretas. O relatório concluiu que o governo e os serviços de informações não tiveram qualquer envolvimento directo ou indirecto nas rendições e nas detenções secretas. Contudo, a Amnistia Internacional considerou que tanto o inquérito como o relatório produziram provas

suficientes para concluir que a Alemanha tinha sido cúmplice em violações dos direitos humanos, e criticou o Parlamento por não propor quaisquer medidas para evitar estes abusos no futuro. A 17 de Junho, o Tribunal Constitucional Federal considerou que o governo tinha violado a Lei Constitucional ao não fornecer documentos relevantes à comissão parlamentar de inquérito, alegando que os mesmos deviam permanecer classificados para proteger a segurança do Estado. A comissão de inquérito não retomou a sua investigação.

## **Refugiados e requerentes de asilo**

O número de requerentes de asilo rejeitados e deportados à força para a Síria aumentou consideravelmente após a entrada em vigor do acordo de readmissão germano-sírio, em Janeiro. Na sequência de relatos sobre a detenção de requerentes de asilo sírios após o seu regresso àquele país, o governo ordenou uma reavaliação dos riscos e recomendou em meados de Dezembro a aplicação de uma moratória de facto às deportações para a Síria.

■ Khaled Kenjo, um cidadão sírio de etnia curda, foi detido pela Segurança do Estado, uma agência síria de serviços secretos, 12 dias após a sua chegada à Síria, a 13 de Setembro. Após três semanas detido em regime de isolamento, durante as quais afirma ter sido torturado, Khaled Kenjo foi acusado de divulgar no estrangeiro notícias "falsas" prejudiciais à reputação do Estado. Esta acusação, feita pelo Tribunal Militar de Qamishli, estava alegadamente relacionada com a sua actividade política na Alemanha.

O governo negociou um acordo de readmissão com o Kosovo. Vários estados federais deportaram à força ciganos para o Kosovo, apesar dos riscos que corriam os ciganos envolvidos em casos de deportações forçadas. Em Novembro, o Comissário Europeu para os Direitos Humanos manifestou a sua preocupação por esta prática.

## **Direitos dos migrantes**

Os migrantes irregulares e os seus filhos tinham acesso limitado a cuidados de saúde, educação e compensação judicial nos casos de violação dos seus direitos laborais. O estado federal de Hesse tinha anunciado que ia alterar a 1 de Janeiro de 2010 as normas administrativas que obrigavam os professores a comunicar a identidade das crianças à Autoridade de Estrangeiros, na qual os cidadãos estrangeiros tinham que estar registados. As novas regras da Lei de Estrangeiros isentavam os hospitais públicos da obrigatoriedade de comunicar a identidade dos migrantes irregulares que procuravam tratamento de urgência.

## **Forças policiais e de segurança**

Em Dezembro, o Tribunal Federal de Justiça realizou uma audiência pública sobre o caso de Oury Jalloh, que morreu sob custódia policial em 2005, vitimado por um choque térmico devido a um incêndio na sua cela. Durante a audiência, o Tribunal criticou as investigações. Os familiares de Oury Jalloh e o Gabinete do Procurador do Ministério Público recorreram da decisão do Tribunal Regional de Dessau, que tinha absolvido dois polícias.

Em Maio, a Agência Federal para a Prevenção da Tortura iniciou as suas funções, ao abrigo do Artigo 3 do Protocolo Opcional da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Havia a preocupação de que poderia não ter recursos financeiros e humanos suficientes.

## **Escrutínio nacional - Kunduz**

O governo e o Exército foram pressionados pelos meios de comunicação social e pelos partidos da oposição após as eleições legislativas por reterem informações sobre um ataque aéreo da NATO nos arredores de Kunduz, Afeganistão, a 4 de Setembro. Cerca de 142 pessoas, incluindo civis, foram mortas (ver entrada do Afeganistão). Consequentemente, três altos responsáveis governamentais e militares foram forçados a demitir-se, em Novembro. A

16 de Dezembro, uma comissão parlamentar de inquérito começou a investigar a forma como o governo conduziu o ataque e as suas consequências.

### **Relações económicas e direitos humanos**

Em Julho, o governo retirou a garantia de crédito às exportações que tinha concedido a uma empresa alemã para participar no projecto de construção da barragem de Ilisu, na Turquia. A decisão de retirar a garantia foi tomada em conjunto com os governos suíço e austríaco, depois de peritos independentes terem concluído que o projecto não cumpria os padrões acordados. Previa-se que a construção da barragem obrigasse à deslocação de 55 mil pessoas, e a política de realojamento não estava de acordo com os padrões internacionais dos direitos humanos.

### **Desenvolvimentos legais**

Apesar de o governo ter anunciado em 2008 que ia assinar e ratificar o Protocolo Opcional ao Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, ainda não o tinha feito no final do ano.

A Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Seres Humanos ainda não tinha sido ratificada no final do ano, e a Alemanha continuava a ser um país de destino e de trânsito de mulheres traficadas para fins de exploração sexual.